

# CURSO DE FORMAÇÃO POLÍTICA

## MÓDULO I - PARTE II SUSTENTABILIDADE

#RedePróPartido



**rede**  
SUSTENTABILIDADE

“O desenvolvimento sustentável não é uma maneira de fazer, é uma maneira de ser. O ser sustentável do século XXI não diz respeito apenas ao fazer. O ser sustentável do século XXI diz respeito a uma visão de futuro, a um ideal de vida a ser vivenciado agora e no futuro. É uma maneira de ser. Dos sete bilhões de habitantes do planeta, 2,5 bilhões vivem com menos de dois dólares por dia. A crise de valores pode nos colocar diante de uma coisa muito dramática porque os problemas não são técnicos, são éticos.”

“Há problemas na política, como a corrupção no Brasil, além de uma crise ambiental *grave e severa.*”

– *Marina Silva*

**A temática da sustentabilidade é diretriz programática para a Rede, uma nova forma de ver a política, a relação em sociedade, compromisso ético, garantindo com equidade de direitos. O Manifesto da Rede aponta diretrizes programáticas fundantes:**

### **Manifesto - Diretrizes Programáticas da Rede Sustentabilidade (extratos)**

Somos um país soberano e independente, mas com pouca capacidade de interferir nos foruns e mercados globais. Um país rico, livre e plural, mas com graves indicadores de violência, desigualdade e pobreza. Somos a sexta economia do mundo, mas não conseguimos dar educação de qualidade e garantir bom atendimento de saúde para todos.

Estamos sempre atrás de respostas e não vemos o que temos de melhor para encontrá-las: a diversidade étnico-cultural de nosso povo, o domínio sobre parte considerável da biodiversidade e da água doce do planeta, um território de extensão continental com uma rica variedade de biomas cujo papel é fundamental no equilíbrio climático e no desenvolvimento científico, tecnológico e econômico de nosso país e do mundo (...)

## Manifesto - Diretrizes Programáticas da Rede Sustentabilidade (extratos)

Prevalece, contudo, um modelo econômico que privilegia alguns setores em detrimento a aplicação de recursos em áreas essenciais ao desenvolvimento do País e ao bem estar da sociedade. Continuamos insistindo numa concepção que não consegue transformar em estratégia de desenvolvimento nossa privilegiada condição de detentor de um patrimônio ambiental único.

É significativo que as instituições políticas e os sucessivos governos, nas últimas décadas, não tenham absorvido e dado relevo ao papel crucial da sustentabilidade ambiental dentro do processo de desenvolvimento. A exploração dos recursos naturais segue sendo predatória, com baixa agregação de valor e uso intensivo de agrotóxicos. Esta é uma realidade que não diz apenas de questões ambientais. Ela aponta para um equívoco de visão cujas dimensões precisam ser melhor compreendidas.

Uma das peças-chave para uma correção de rumos está no sistema político e sua estreita relação com o modelo de desenvolvimento. Basta, para isso, ver quais são os principais doadores de campanha e as leis feitas pelos eleitos, que com frequência fortalecem os valores que se contrapõem ao desenvolvimento sustentável, à ética, à justiça social, ao aprofundamento da democracia e aos princípios civilizatórios básicos (...)"

A diretriz sustentabilidade deve ser incorporada em diversas estratégias de ação, como plataforma de ação política:

## **Manifesto - Plataforma de ação política**

Política renovada significa iniciativas inovadoras, em essência, palavras e atos, visão e experiência, que se traduzem por um redirecionamento de forças e afetos para um objetivo comum. Queremos uma organização política diferente, que abra à sociedade uma porta para se engajar na quebra do monopólio que os atuais

partidos exercem sobre o Estado, demonstrando que outra forma de governabilidade e poder político é possível e viável.

Para isso, a proposta que apresentamos à sociedade brasileira, de criação de um partido político diferente, tem como principais bandeiras:

## **1. Mudanças no modelo econômico para a construção de um projeto de desenvolvimento socialmente incluyente e ambientalmente sustentável que considere como estratégias prioritárias:**

- valorização do nosso patrimônio socioambiental, viabilizando a transição para uma economia sustentável;
- justiça e eficiência tributária e a reforma do Pacto Federativo;
- taxas de juros em patamares que induzam os investimentos produtivos nos setores vitais para o desenvolvimento sustentável do País;
- planejamento e implementação da logística de transporte e da infraestrutura de forma compatível com a gestão estratégica dos recursos naturais;
- valorização da remuneração dos trabalhadores e aprimoramento de sua qualificação profissional;
- diversificação da matriz energética em busca de uma matriz limpa e segura;
- democratização do acesso à terra e uma política agropecuária que recupere a função estratégica do setor para a segurança alimentar, melhoria da qualidade de vida da população e preservação dos nossos biomas; e
- investimento em conhecimento e em inovação.



## **2. Reforma do sistema político que permita a emergência de outro modelo de governabilidade que não se baseie na troca de vantagens fisiológicas para a manutenção de feudos de poder e garanta:**

- candidaturas independentes, sem a exigência de filiação partidária, para quebrar o monopólio dos partidos sobre os cargos de representação, e renovação de lideranças políticas com limitação a uma reeleição de mandatos parlamentares, com possibilidade de ampliação mediante plebiscito a ser realizado entre os filiados;
- financiamento público de campanha e teto máximo de doações por pessoa jurídica e física;
- fim da reeleição para os cargos do Poder Executivo com ampliação do tempo de mandato para inibir o uso da máquina administrativa para fins eleitorais;
- criação de novos instrumentos para o exercício da democracia direta e resignificação dos já existentes;
- ampliação dos processos de participação da sociedade nas decisões do governo, apoiando ou elaborando propostas de poder multicêntrico e aberto;
- inovação na sua estrutura interna, de modo a garantir a participação direta dos filiados nas suas decisões políticas e no diálogo com a sociedade, começando por consulta pública a filiados e grupos sociais organizados sobre a continuidade da #rede.

**3) Educação pública e universal de qualidade em todos os níveis, integral inclusiva, formadora de cidadãos comprometidos com uma vida social solidária e sustentável e preparados para os desafios de uma sociedade cada vez mais demandante de informação e conhecimento, como princípio fundante de uma verdadeira República baseada na igualdade de oportunidades para todos.**

**4) Democratização do sistema de comunicação, garantindo-se a liberdade de expressão, transparência, livre acesso à informação e ao conhecimento, valorização das diversas formas de manifestação cultural e o princípio de neutralidade da rede, a governança com ampla participação de setores da sociedade civil e uma banda larga de qualidade.**



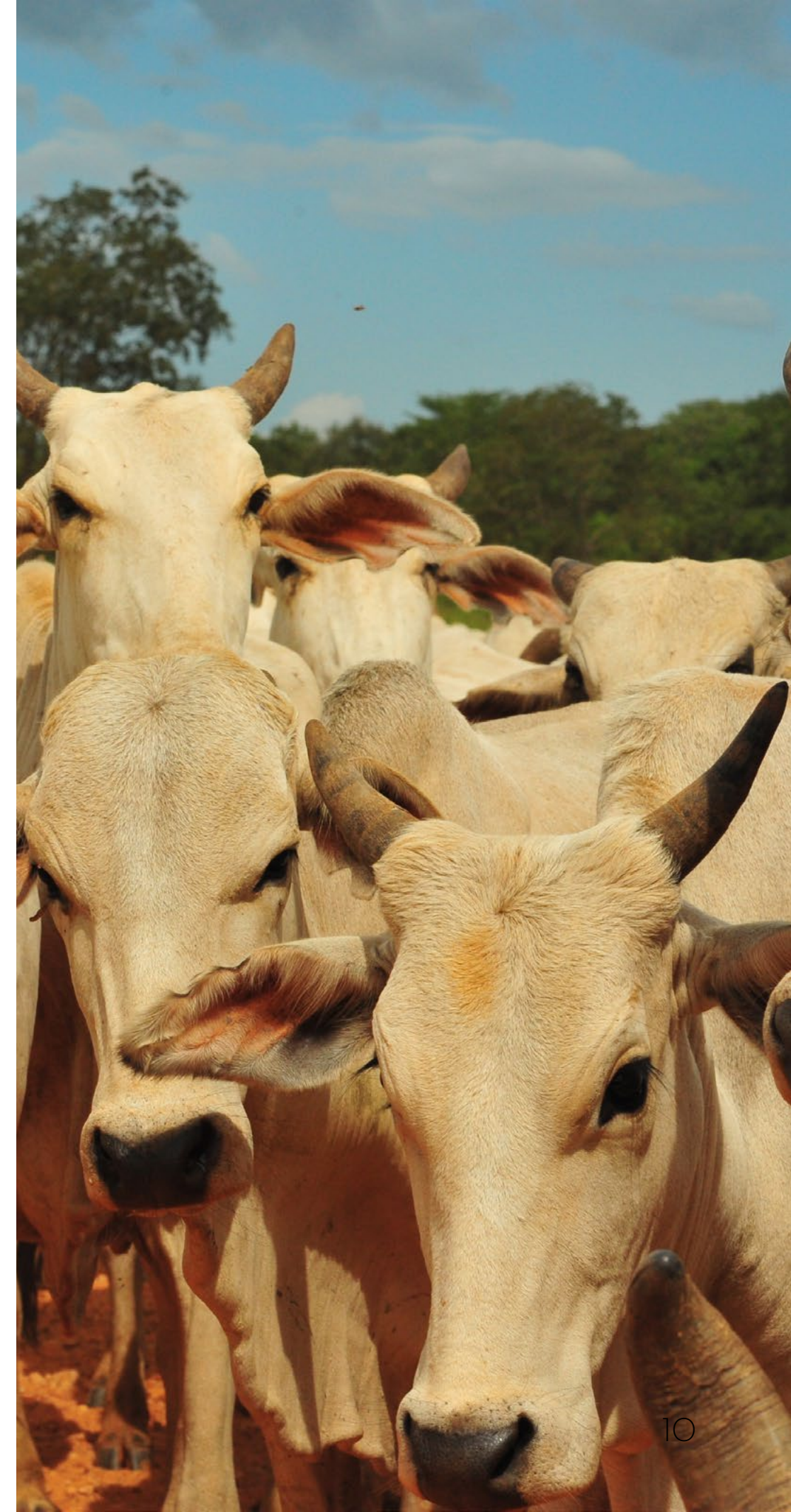
**5) Respeito aos direitos humanos, garantia de igualdade de gênero e repúdio a todas as formas de discriminação: étnica, racial, religiosa, sexual (contra mulheres e contra todas as formas de orientação sexual) ou outras, garantindo a cada grupo espaço próprio de participação política e de respeito e atenção às suas demandas específicas.**



**6) Redução das desigualdades e erradicação da pobreza por meio da garantia do acesso e da oferta de oportunidades a indivíduos e famílias, para sua inclusão na sociedade.**

**7) Universalização e melhoria dos serviços de saúde, com ênfase na atenção básica, da qualidade de vida com condições dignas de moradia, alimentação saudável e em quantidade suficiente, prevenção de doenças, saneamento básico, redução da violência e promoção da cultura de paz como valores centrais das políticas governamentais.**

**8) Defesa dos Direitos animais por meio da abolição de todas as formas de crueldade contra animais e de políticas públicas para o bem-estar de animais urbanos, selvagens e de uso comercial.**



**9) Reforma urbana que transforme nossas cidades em espaços saudáveis, democráticos e seguros, que garanta o direito a moradia como forma de cidadania e possibilite o redirecionamento do investimento em mobilidade para priorizar os pedestres, o transporte ativo e o transporte público.**

**10) Política externa baseada na cultura da paz, na promoção dos direitos humanos, da autodeterminação dos povos, do não intervencionismo bélico, de uma ampla democracia e da sustentabilidade e comprometida com a redução das desigualdades e a construção de instituições efetivas de governança global. Promoção do debate, do intercâmbio e do diálogo a nível internacional com outros movimentos e partidos que defendam as mesmas bandeiras propostas pelo Partido.**



Diante da plataforma de ação política indicada, a noção de sustentabilidade deve perpassar as diversas áreas de atuação e servir como base para nosso método de fazer “diferente”.

O militante da Rede Sustentabilidade precisa perceber que nossa prática é emancipatória, solidária, humanista e com compromisso com as presentes e futuras gerações (intra e inter-geracional).

**A meta da Rede é ser um partido novo, de novo tipo, de posturas propositivas, não simplesmente mais um partido.**

## **Compreensões da sustentabilidade**

**Adiante apresentaremos variadas dimensões da sustentabilidade, indicando a pluralidade da temática na atualidade.**

A noção da sustentabilidade tem sua origem no conceito adotado pela Comissão Nosso Futuro Comum da ONU em 1987, que conceitua o “desenvolvimento sustentável como desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as futuras gerações satisfazerem suas próprias necessidades” (Relatório Brundtland, 1987).

Em 1992, representantes da sociedade civil reunidos no Rio de Janeiro fizeram a proposta de um “Tratado de educação ambiental para sociedades sustentáveis”. Atualmente, utiliza-se de forma mais ampla a noção de sustentabilidade, trata-se das “cidades-sustentáveis”, “padrões de consumo sustentáveis”, por exemplo.

Enfim, existe compreensão de que um outro momento planetário e de convivência impõem mudança de postura em vários campos, a sustentabilidade torna-se aplicável para guiar políticas públicas e iniciativas da sociedade em diversos âmbitos de forma simples e ao mesmo tempo eficaz.

## **Compreensões da sustentabilidade**

### **Sustentabilidade econômica**

“Transformar as vantagens comparativas em vantagens competitivas. Precisamos ser capazes de transformar os recursos naturais e os bens e serviços que produzimos em melhoria da qualidade de vida das pessoas, em saúde, educação, entretenimento, vida digna e plena para as pessoas. Enfim, um mundo melhor de viver.”

### **Sustentabilidade social**

“Equilibrar os princípios de equidade, buscando fazer com que a vida de todas as pessoas possa ser digna de ser vivida.”

### **Sustentabilidade ambiental**

“Utilizar os recursos de tal forma que as necessidades de vida digna e plena possam ser satisfeitas sem comprometer a vida digna e plena daqueles que ainda não nasceram.”

## Compreensões da sustentabilidade

### Sustentabilidade cultural

“Se nós não formos capazes de ter um modelo de desenvolvimento que preserve a diversidade, temos um problema. Não há inovação na mesmice, só há inovação na diversidade. Sem ela, entramos em erosão cultural.”

### Sustentabilidade ética

“Nós somos seres que se importam uns com os outros, com os que estão aqui e com os que virão no futuro. Isso se chama laço social ou aliança intergeracional. Isso não se resolve na técnica, isso se resolve na ética. Se eu não me importo com os que ainda vão nascer, eu vou destruir os recursos de milhares e milhares de anos pelo lucro de apenas algumas décadas. Isso é um fim da espécie humana.”

### Sustentabilidade estética

“Algumas coisas têm valor simbólico e não puramente econômico. O Pão de Açúcar (no Rio de Janeiro) pode não ter nenhuma liquidez, mas nenhum de nós vai deixar destruir o Pão de Açúcar para virar brita. Isso é sustentabilidade estética.”

## Compreensões da sustentabilidade

### Sustentabilidade política

“Tem a ver com o que estamos fazendo aqui. As pessoas estão reunidas, debatendo, tentando criar uma maioria, um espaço de convergência para que todos nós possamos nos movimentar numa outra direção. Se os recursos naturais são finitos, nós temos

que trabalhar no sentido de que cada vez se produza mais com um menor volume de recursos naturais. Não tem um salvador da pátria. Quando virar um problema nosso, pode ter certeza de que haverá uma qualidade para as instituições brasileiras.”



## **Contribuições ao debate da sustentabilidade**

A Carta da Terra é resultado de uma década de diálogo intercultural, em torno de objetivos comuns e valores compartilhados. O projeto da Carta da Terra começou como iniciativa das Nações Unidas, mas se desenvolveu e finalizou como uma iniciativa global da sociedade civil (2000). A Carta trata explicitamente das sociedades sustentáveis.

### **Construir sociedades democráticas que sejam justas, participativas, sustentáveis e pacíficas.**

a. Assegurar que as comunidades em todos níveis garantam os direitos humanos e as liberdades fundamentais e proporcionem a cada um a oportunidade de realizar seu pleno potencial.

b. Promover a justiça econômica e social, propiciando a todos a consecução de uma subsistência significativa e segura, que seja ecologicamente responsável. movimentar numa outra direção. Se os recursos naturais são finitos, nós temos

## Contribuições ao debate da sustentabilidade

Agenda 21 - principal documento da Rio-92 (Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano), faz referência às preocupações com o nosso futuro. Este documento foi assinado por 170 países, inclusive o Brasil, constituindo em metas para o séc. XXI.

“Um dos pré-requisitos fundamentais para alcançar o desenvolvimento sustentável é a ampla participação da opinião pública na tomada de decisões. Ademais, no contexto mais específico do meio ambiente e do desenvolvimento, surgiu a necessidade de novas formas de participação. Isso inclui a necessidade de indivíduos, grupos e organizações de participar em procedimentos de avaliação do impacto ambiental e de conhecer e participar das decisões,

particularmente daquelas que possam vir a afetar as comunidades nas quais vivem e trabalham. Indivíduos, grupos e organizações devem ter acesso à informação pertinente ao meio ambiente e desenvolvimento detida pelas autoridades nacionais, inclusive informações sobre produtos e atividades que têm ou possam ter um impacto significativo sobre o meio ambiente, assim como informações sobre medidas de proteção ambiental”. (Agenda 21, capítulo 23)

# TEXTO PARA DISCUSSÃO EM GRUPO E QUESTÕES ORIENTADORAS

## **Justiça ambiental, diversidade cultural e accountability: desafios para a governança ambiental**

– *Zhour, A.*

“Ademais, pensar a sustentabilidade em uma sociedade tão diversa e desigual como a brasileira requer equacioná-la impreterivelmente à diversidade cultural, à democratização do acesso aos recursos naturais e à distribuição dos riscos da produção industrial. Trata-se de um princípio de justiça ambiental (Martinez-Alier, 2001), ou seja, da espacialização da justiça distributiva (Deutsch Lynch, 2001). Na nossa sociedade, as considerações sobre a distribuição do “espaço ambiental” (Opschoor, 1995) remetem aos conflitos em torno de direitos territoriais e significados

culturais que ultrapassam tentativas de valoração monetária da natureza, mesmo na forma de medidas mitigadoras ou compensatórias. As assimetrias na classificação e na apropriação social da natureza resultam em uma distribuição ecológica desigual. O conflito eclode quando o sentido e a utilização de um espaço ambiental por um determinado grupo ocorrem em detrimento dos significados e dos usos que outros segmentos sociais possam fazer de seu território e, com isso, assegurar a reprodução do seu modo de vida” (...).

“(…) A governança ambiental, entendida como consenso e gestão dos recursos e dos sujeitos, elide as considerações sobre os conflitos que permeiamos processos sociais. É imperativo reconhecer que projetos industriais homogeneizadores do espaço, tais como hidrelétricas, mineração, monoculturas de soja, eucalipto, cana-de-açúcar, entre outros, bem como políticas globais a partir de formulações abstratas e distantes, são geradores de injustiças ambientais, na medida em que, ao serem

implementados, imputam riscos e danos às camadas mais vulneráveis da sociedade. Os conflitos decorrentes denunciam contradições em que as vítimas das injustiças ambientais não só são verdadeiramente excluídas do chamado desenvolvimento, mas assumem todo o ônus dele resultante. Por outro lado, é importante salientar que os excluídos não se constituem como vítimas passivas do processo e vêm se organizando em variados movimentos, associações e redes, tais como o movimento dos atingidos por

barragens, os movimentos extrativistas diversos, a rede dos povos do cerrado, os contaminados pela indústria do amianto nas zonas industriais urbanas, a Rede Alerta Contra o Deserto Verde, entre outros, apresentando-se como portadores de outros projetos de vida e interação com o meio ambiente, assim como outros ambientalismo (Guha e Martinez-Alier, 1996; Zhouri, Laschefski e Pereira, 2005; Acelrad, 2004a, 2004b; Rothman, 2008).”

## **Questões orientadoras para sua reflexão e discussão em grupo:**

Qual a noção de sustentabilidade atualmente?

Como fazer da política um ambiente sustentável?

Na sua realidade e no seu município liste ações concretas que podem implementar a diretriz da sustentabilidade defendida pela Rede sustentabilidade.

Leia novamente o Manifesto da Rede Sustentabilidade e discuta coletivamente como construir uma nova política.

## Referências

**Agenda 21.** Brasília: Senado Federal: subsecretaria de edições técnicas 1996.

**O texto da Carta da Terra.** Disponível em [www.cartadaterrabrasil.org/prt/text.html](http://www.cartadaterrabrasil.org/prt/text.html)

**Estatuto da Rede Sustentabilidade.** Disponível em [www.redesustentabilidade.org.br/estatuto](http://www.redesustentabilidade.org.br/estatuto)

**Manifesto: Diretrizes Programáticas da Rede Sustentabilidade** Disponível em [www.redesustentabilidade.org.br/manifesto](http://www.redesustentabilidade.org.br/manifesto)

**Marina Silva aponta os 7 pilares da sustentabilidade.** Disponível em [exame.abril.com.br/mundo/noticias/marina-silva-aponta-os-7-pilares-da-sustentabilidade](http://exame.abril.com.br/mundo/noticias/marina-silva-aponta-os-7-pilares-da-sustentabilidade)

*Zhour, Andrea.* **Justiça ambiental, diversidade cultural e accountability: desafios para a governança ambiental.** Rev. bras. Ci. Soc. vol.23 no.68 São Paulo Oct. 2008

## Textos

Muriel Saragoussi e Julio Rocha

## Fotos

Miriam Prochnow e Witold Schaffer

Edgar Zanella